

## O DESENHO E O RE-DESENHO DAS IDENTIDADES NA MODERNIDADE

Geziane do Nascimento Oliveira<sup>1</sup>

### RESUMO

A proposta deste artigo é refletir sobre alguns aspectos importantes que se referem à chamada “crise de identidade” na contemporaneidade. Tentaremos perceber um panorama sobre a identidade e suas principais ideias acerca dessas novas formas de representação nas sociedades contemporâneas. Será abordada a contribuição de autores como Ernesto Laclau e Stuart Hall ao tema, que se associam aos estudos culturais e identificam importantes ferramentas para a análise de processos de construção das identidades culturais e sociais com base na ideia de que o projeto moderno de racionalização opera como um a priori, desconectado de contextos culturais e políticos específicos. Sobretudo, serão analisadas as proposições de Laclau no que se refere à emergência das identidades coletivas a partir da concepção de ‘povo’. Além disto, a discussão perpassa as questões sobre nacionalismo, apresentando importantes aspectos na constituição das identidades nas sociedades contemporâneas.

**Palavras-chave:** identidades; "crise de identidade"; representação

---

<sup>1</sup> Aluna do 7º período do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFPB, bolsista PIBIC/CNPq e integrante do LAEPT - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho/CNPq.

## INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é discutir questões que versam sobre a ‘identidade’. Este não é um tema fácil, uma vez que muito se fala hoje em demandas de identidades na sociedade contemporânea. Contudo, o desafio é perceber como os indivíduos exigem pertencer a esta ou àquela identidade, e analisar como essa exigência por ‘reconhecimento’ tem suscitado uma fragmentação do indivíduo e de suas escolhas, sendo algo contrário ao que se esperava, já que as identidades deveriam apresentar uma junção de desejos e anseios complementares. Isto é o que alguns autores chamam de ‘crise de identidade’.

No decorrer deste trabalho apresentaremos algumas concepções teóricas acerca do tema, como a de Stuart Hall (2006), que trabalha com a identidade num cenário cultural. Sua ideia se concentra numa perspectiva de que a exigência por identidades fragmenta o indivíduo, uma vez que fica complicado fazer uma escolha num leque de “identificações” que se apresentam. Ainda quanto a este ponto, há uma importante contribuição de Tomaz Silva (2000), que apresenta um panorama inicial da emergência dos chamados ‘novos movimentos sociais’.

Num segundo momento, apresentaremos uma discussão sobre o nacionalismo e qual a contribuição dos autores sobre este tema que direciona e influencia os discursos sobre a construção da identidade. As discussões seguirão com Hall (2006), que afirma a importância de uma identidade cultural numa nação e a importância desde discurso nacional nas formações identitárias. À contribuição de Hall soma-se a de Silva (2000), que trabalha a ideia de representação presente nesta dinâmica da identidade juntamente com a ideia de significado e a discussão sobre os impactos da globalização na construção das identidades.

A seguir aprofundaremos com Laclau (2011) a discussão sobre as particularidades e universalidades presentes no interior das premissas sobre identidade. Trata-se de perceber um pouco mais criticamente os discursos particularistas que muitas vezes essas formações discursivas adquirem e, assim, podem parecer autoritárias ou se referir a algo contrário às expectativas que se constroem acerca dessas construções identitárias.

A continuidade do trabalho versa sobre as posições que o sujeito estabelece, com enfoque sobre o modo como Laclau (2005) apresenta o surgimento do povo, sendo este um ator importante na construção da identidade, especialmente no campo político. Apresentaremos ainda a discussão sobre a importância da diferença na constituição da identidade e as armadilhas que essas proposições podem apresentar na sua relação com os diversos grupos.

Enfim, levando em consideração as mais variadas formas de identidade que emergem hoje na contemporaneidade, faz-se necessário apresentar como essas discussões perpassam lugares e recantos que nem imaginávamos e como essas construções teóricas podem nos auxiliar numa reflexão crítica acerca do tema.

## A IDENTIDADE CULTURAL EM STUART HALL

A discussão que cerca o termo identidade é extensa e está longe de ter seu arcabouço teórico acabado. Na era da chamada pós-modernidade estão surgindo cada vez mais novas formas de identidade. Stuart Hall (2006) chama a atenção para o que alguns autores evocam como “crise de identidade”: em que consiste essa crise e em que direção ela se encaminha, sobretudo, no que se refere a identidades culturais? Sua posição parte da ideia de que as identidades modernas deslocam e fragmentam o indivíduo, é o que ele chama de identidades “descentradas”.

As transformações ocorridas no final do século XX, a saber, as mudanças estruturais ocorridas nas sociedades modernas, modificam o indivíduo e o entendimento individual que apresentamos sobre nós mesmos. Para Hall, “esta perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada de deslocamento ou descentração do sujeito” (HALL, 2006: 9). Sendo isto a constituir-se como a “crise de identidade”. Quando se fala no argumento da pós-modernidade de um mundo que se apresenta como tal, o termo se estende também aos indivíduos, uma vez que essa ideia vai de encontro a qualquer concepção fixa ou essencialista referente à identidade.

Para que se percebam alguns aspectos importantes e que se referem à chamada “crise de identidade”, tentaremos apresentar um panorama sobre identidade e suas principais ideias acerca dessas novas formas de representação nas sociedades contemporâneas. Hall distingue três concepções de identidade: primeira, o indivíduo centrado e unificado do iluminismo; segunda, a noção de sujeito sociológico, em que se apresenta o indivíduo em interação com outros indivíduos. Nesta concepção se identifica uma mudança no sujeito, em que o mesmo se apresenta de forma fragmentada, pois não existe uma identidade, mas várias; desta forma é que o termo identidade se tornou “mais provisório, variável e problemático” (Ibid, 2006: 12). É nesse contexto que se apresenta o sujeito pós-moderno (terceira concepção), sendo que as identidades são construídas historicamente, pois “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (Ibid, 2006: 13).

A globalização teve grande influência no aspecto de mudança da identidade. É a globalização que faz Giddens distinguir sociedades ‘tradicionalistas’ de sociedades ‘modernas’, sendo a primeira uma veneração ao passado em continuidade no presente e futuro; já a modernidade é marcada por rápidas e constantes mudanças (GIDDENS, 1990 *apud* HALL, 2006). O que Hall (2006) enfatiza a partir da discussão de alguns autores que se detêm sobre as consequências da globalização é a questão da identidade como algo marcado por uma série de mudanças características do mundo pós-moderno, que a tornam descontínua e fragmentada.

O que nos interessa em Hall (2006), além de todas essas informações, é a apresentação histórica do surgimento do indivíduo que se dá a partir da modernidade, sendo este indivíduo apresentado como uma nova forma de ‘individualismo’, que o autor chama de “indivíduo soberano”. Ele ainda apresenta duas importantes contribuições de concepções de sujeito. A primeira é de Descartes, que formulou o dualismo entre ‘mente’ e ‘matéria’, e deslocou Deus do centro do universo, concebendo o sujeito como um ser racional e pensante, capaz de discernir entre o certo e o errado sem intermediação divina.

A outra contribuição é de John Locke, em que a identidade é percebida como algo permanente e contínua ao sujeito. A este sujeito que se apresenta na modernidade, há dois sentidos: o de sujeito racional e da prática; e o de sujeito que sofre as consequências dessa prática, ou seja, ele é ‘sujeitado’. Hall (2006) apresenta dois eventos importantes que se articulam na modernidade: o primeiro faz referência à biologia de Darwin; o segundo refere-se ao surgimento das ciências sociais.

Hall afirma que o sujeito não foi apenas desagregado, mas foi deslocado. Ele apresenta cinco importantes avanços contidos em tal deslocamento. O primeiro deles surge a partir do pensamento marxista, não o pensamento de Marx, mas a reinterpretação de seus trabalhos. O segundo vem da descoberta de Freud sobre o inconsciente, na ideia de que tanto a identidade quanto a sexualidade se formam a partir do inconsciente, sendo uma lógica que difere da razão. Trata-se da “formação no ‘olhar’ do outro, segundo Lacan” (Ibid, 2006: 37), que insere o sujeito em sistemas de representação simbólica.

O terceiro avanço está nos estudos de Saussure, que afirma que a língua que se apresenta antes de nós já contém significados de sistemas culturais e, portanto, não podemos ser os autores daquilo que expressamos. Jacques Derrida, um leitor de Saussure, dirá que as palavras, na verdade, são ‘multimoduladas’: quando expressamos uma palavra, ela já vem carregada de outros significados.

O quarto descentramento refere-se a Michel Foucault, que numa espécie de “genealogia do sujeito moderno” ressalta o “poder disciplinar” como uma forma de vigilância do indivíduo e do corpo. O objetivo do poder disciplinar é produzir “homens dóceis”, num processo a partir do qual todas as áreas da vida humana são controladas e disciplinadas, através de instituições administrativas e de conhecimento especializado (HALL, 2006). E, por fim, temos o forte impacto do feminismo, que Hall (2006) afirma ser visto “tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social” (Ibid, 2006: 44). Ressalta-se a partir daí a emergência dos ‘novos movimentos sociais’.

A emergência das novas identidades fez surgir esses chamados “novos movimentos sociais” e se concentra, sobretudo, nas lutas e reivindicações por demandas de identidade e se define por “políticas de identidades” nas quais se constata uma identidade para cada tipo de movimento. “A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado” (SILVA, 2000: 34). As reivindicações por políticas de identidades se apresentam por ser uma importante mobilização política; reivindicam, sobretudo, “o direito de construir e assumir a responsabilidade de suas próprias identidades” (Silva, 2000: 35) que podem ser pessoais ou culturais.

Ainda de acordo com os argumentos de Hall (2006), abordaremos como o ‘sujeito fragmentado’ se coloca em termos de identidades culturais, em que sua preocupação se concentra nos aspectos da identidade nacional. A partir das identificações produzidas pela nação se constroem identidades, sendo a cultura nacional, um discurso, “um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006: 50). Daí a importância de se discutir alguns impactos do nacionalismo na construção da identidade.

## **IDENTIDADE NACIONAL: UM DISCURSO SOBRE A CULTURA**

Para que se estabeleça a cultura nacional como uma fonte de significados culturais, como uma gama de identificações e representações, é preciso perceber alguns elementos presentes na identidade cultural de uma nação. Trata-se da narrativa da nação, que se apresenta em imagens, cenários, eventos históricos, e outros aspectos que representam e dão sentido à nação.

Na conhecida obra *Comunidades Imaginadas*, Benedict Anderson (2008) busca demonstrar como as questões que se ligam ao nacionalismo são profundamente relacionadas com culturas específicas; para que se perceba os meandros da discussão a respeito do nacionalismo, é preciso considerar seus aspectos históricos e sua transformação ao longo do tempo e como na era contemporânea o seu significado adquire profunda legitimação junto às sociedades.

A definição de Anderson (2008) de nação é a seguinte: “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008: 32). Apesar das pessoas terem uma imagem de que convivem em comunhão sob uma mesma comunidade, ela é imaginada porque os seus membros jamais terão plena consciência da existência da maioria de seus companheiros de comunidade.

A comunidade é limitada porque, mesmo com um enorme número de habitantes, ela terá fronteiras que se apresentam por serem finitas, e para além destas fronteiras há outras nações. A comunidade é soberana, porque surgiu num período de emergência do iluminismo e da Revolução, no qual se propagava o pluralismo religioso e, sobretudo, a liberdade das nações, esta sendo garantida, portanto, através do Estado soberano. Por fim, é uma comunidade porque se pressupõe que todos que dela fazem parte compartilham de uma camaradagem recíproca, apesar dos aspectos negativos que pode se apresentar numa nação, como desigualdades ou exploração.

O surgimento da comunidade imaginada se deu a partir da perda de domínio de três concepções culturais. A primeira delas refere-se ao privilégio de uma determinada língua escrita; a segunda diz respeito à ideia de que a organização da sociedade se dava a partir dos centros elevados, ou acima ou abaixo desses centros e, por fim, uma concepção de que, através da temporalidade, a cosmologia e a história se confundem, sobressaindo a ideia de que a origem humana e do mundo são as mesmas, oferecendo, dessa forma, uma nova visão de que existem maneiras diversas de redenção. Esses aspectos são importantes para perceber a nova configuração que as sociedades experimentavam com a discussão que surgiu na época sobre as transformações econômicas, as descobertas científicas e as mudanças sociais, que cada vez mais estimulavam as pessoas a pensar e refletir, bem como as novas maneiras de se relacionar.

Tanto o capitalismo quanto a tecnologia de imprensa contribuíram para uma nova forma de comunidade imaginada, pois estenderam potencialmente suas fronteiras políticas. Em outras palavras, a formação dos Estados nacionais não limita a extensão e abrangência das línguas impressas. Há também a “ênfase nas *origens*, na *continuidade*, na *tradição* e na *intemporalidade*” (HALL, 2006). Outros pontos se ligam a este. O primeiro é a invenção da tradição, apresentando-se por um conjunto de práticas que demandam certos valores e normas, que uma vez repetidos implicam uma continuidade com um passado histórico. Já o segundo é o mito fundacional, sendo este uma ficção ou um mito que apresenta a fundação e nascimento da nação. Então, Hall (2006) afirma que a cultura nacional não é marcadamente moderna, mas apresenta identidades que se equilibram, de forma ambígua, entre um passado e

um futuro. Assim, o discurso cultural se “equilibra entre a tentação por retornar às glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade” (Ibid, 2006: 56).

Outro aspecto ressaltado por Hall (2006) é a questão da unificação da cultura numa perspectiva nacional, em que, não importa a diferença entre os sujeitos pertencentes a uma nação, é a cultura nacional que busca uma única identidade cultural que os represente como um todo unificado, sem perder, contudo, as diferenças que se apresentam internamente. Daí a percepção de que a cultura nacional opera como um ‘dispositivo cultural’, que, através do exercício do poder (que se apresenta de diversas formas), introduz um senso de unidade apesar da existência de profundas diferenças culturais.

Segundo Hall (2003), não existe uma única definição de cultura, o conceito se apresentando complexo – um local de interesses divergentes. No trabalho sobre os estudos culturais, o autor apresenta a concepção de cultura sendo socializada e democratizada, em que a ‘arte’ é redefinida como uma forma de processo social geral num compartilhamento de significados comuns, isto é, uma cultura comum. Uma segunda ênfase abordada por Hall (2003) diz respeito às práticas sociais; surge a ‘teoria da cultura’ definida como “o estudo das relações entre elementos em um modo de vida global” (Ibid, 2003: 136). Seu estudo, pelo ponto de vista culturalista, é perceber como as inter-relações de práticas e padrões são vivenciadas e experimentadas em um determinado período.

O que informa a questão de identidades culturais que reivindicam a afirmação de seus referenciais de identificação é a vivência pessoal e relacional com a cultura em determinado contexto e período histórico. A definição de cultura se apresenta como “os sentidos e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas”. Mas também se verifica a cultura vista a partir de “tradições e práticas vividas através das quais esses ‘entendimentos’ são expressos e nos quais estão incorporados” (HALL, 2003: 142). Este último ponto volta à discussão anterior, quando se refere às práticas vivenciadas pelos diversos grupos, sem perder a experiência individual de cada pessoa.

Daí se perceber a questão da identidade numa relação com a cultura e como cada indivíduo se relaciona com ela. A representação da identidade se dá a partir de uma gama de linguagens e sistemas simbólicos que servem para representá-la. Além disso, a identidade é marcadamente relacional, uma vez que me identifico com o outro e que é a partir desta identificação que estabeleço a diferença com esse outro, outra característica da identidade. Contudo, a identidade que se marca pela diferença se sustenta pela exclusão, conforme apresenta Silva (2000): se uma pessoa se identifica como brasileiro, logo, não pode ser venezuelano.

Tomaz Silva (2000) propõe analisar, atrelada à ideia de representação, a relação entre cultura e significado, afirmando que os significados que são produzidos servem como alicerce às representações que dão sentido à vida e àquilo que somos. A representação apresenta-se num processo cultural, direcionando as identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos. Esses símbolos podem direcionar os modos como somos ou como agimos em sociedade.

Como afirma Tomaz Silva: “A ênfase na representação e o papel-chave da cultura na produção dos significados que permeiam todas as relações sociais levam, assim, a uma preocupação com a *identificação*” (2000: 18). Trata-se de uma percepção de identificação com o outro, na qual determinados significados se sobrepõem a outros. E esses mesmos

significados são envolvidos em relações de poder no que se refere a quem será incluído ou excluído, pois os sistemas de representação posicionam os indivíduos em locais de destaque que suscitam a prioridade de algumas discussões em relação a outras, possibilitando as escolhas entre as diversas demandas em disputa.

Contudo, a cultura oferece várias possibilidades, seja pela variedade de representações simbólicas, seja pelas relações sociais. Dessa forma, “a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade” (Ibid, 2000: 19-20). Há autores que ressaltam a globalização como a principal mentora da chamada “crise da identidade”. Hall (2006) resalta três possíveis impactos da globalização sobre a questão das identidades: as identidades nacionais que estão se desintegrando, aquelas que se reforçam a partir de uma resistência aos aspectos globais, e aquelas identidades que estão em declínio e outras que tomam seu lugar.

Já Tomaz Silva (2000) resalta a interação que se apresenta entre os fatores de economia e cultura que afetam os padrões de consumo e produção, a partir da globalização, gerando, por sua vez, identidades cada vez mais globais. Assim sendo, percebe-se uma crescente ‘crise de identidade’ quando “as mudanças e transformações globais nas estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo colocam em relevo as questões de identidade e as lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas” (SILVA, 2000: 25). O que faz também reforçar essa ideia de ‘crise’ é o fato de que cada vez mais identidades competem e entram em conflito por espaços e por demandas, e que as novas identidades culturais se manifestam a partir de formas, relações sociais e contextos variados. É um período marcado pela luta e contestação de novas formas de posicionamento e ‘reconhecimento’.

O impacto da globalização não é apenas global, mas também é sentido no nível ‘local’. Na era das identidades, o posicionamento pessoal é contestado, bem como novas formas de identificação se manifestam. As várias identidades que assumimos todos os dias já não são tão facilmente compatíveis: uma vez que uma mãe tenha a identidade tal, pode ficar constrangida a não exercer esse papel no instante em que se vê obrigada a trabalhar até mais tarde e o seu filho tem que ficar em casa com parentes ou babás, sem seus cuidados. Essas várias identidades que hoje se apresentam estão muitas vezes em conflito. Tomaz Silva (2000) afirma ser muitas vezes difícil e complicado estabelecer determinadas fronteiras entre as várias posições que pretendemos ou não ocupar.

As variadas e diversas formas de identidade que emergem na contemporaneidade anunciam o que Laclau (2011) chama de “a morte do sujeito”. A partir dessa questão surge um forte interesse sobre a subjetividade do sujeito (em aspectos transcendentais) reinscrevendo essas subjetividades em múltiplas identidades que se apresentam ‘numa totalidade objetiva’, configurando-se a partir de então as ‘posições de sujeitos’, o que extrapola a ideia de Sujeito para um alargamento de variadas formas de ‘sujeitos’. Trata-se de perceber as múltiplas identidades que emergem na contemporaneidade. Laclau (2011) apresenta uma discussão sobre as perspectivas de grupos identitários em uma discussão sobre o particularismo e o universalismo dessas identidades, discussão que será melhor elaborada no tópico a seguir.

---

## O PARTICULARISMO E O UNIVERSALISMO NAS IDENTIDADES

De onde parte essa multiplicidade de identidades? A discussão de Laclau (2011), que será abordada a seguir, trata do particularismo e do universalismo dessas identidades novas que re-desenham os sujeitos na contemporaneidade. O autor distingue duas abordagens de particularismo e universalismo. A primeira se refere à filosofia antiga, que permite perceber o particular em detrimento do universal; já a segunda abordagem se liga ao cristianismo, na essência de que o universalismo não nos é alcançável, apenas através da revelação, chamada de *encarnação*, na qual qual “entre o universal e o corpo que o encarna, não há qualquer vínculo racional” (LACLAU, 2011: 49). Ao mencionar um corpo particular que responde por uma universalidade que o transcende, Laclau dirige-se à lógica eurocentrista muito difundida pela igreja católica, especialmente.

A modernidade teve o importante papel de romper com essa ideia, a partir do momento em que propaga a prerrogativa de que tudo deveria ser transparente à razão; nesse caso, a relação acima apresentada (entre o corpo e a mente) deve-se fazer de forma racional. Assim, “precisamos postular um corpo que é em e por si universal” (Ibid, 2011: 49). Laclau apresenta como referência desta ideia os trabalhos de Hegel seguidos por Marx. Aí o corpo proletário não responde mais por uma universalidade, mas “é antes um corpo no qual a distinção entre particularidade e universalidade é cancelada, e, como resultado, a necessidade de toda encarnação é definitivamente erradicada” (LACLAU, 2011: 50). Neste ponto é preciso perceber a proposta em questão: trata-se da racionalidade que deve ter como propósito estabelecer um vínculo entre o universal e o corpo que o encarna, contrapondo, assim, as premissas ora apresentadas da encarnação.

O corpo que o universalismo conseguiu alcançar era ainda uma particularidade específica, pois respondia às demandas de um forte eurocentrismo. Contudo, essa particularidade era a expressão de um universalismo. Ora, como não havia nenhum arcabouço teórico que respondesse à distinção entre a particularidade européia e a função universal que deveria apresentar esta corrente eurocentrista, ela então se caracterizava por uma função civilizadora e modernizadora. Nessa ideia preponderante do universalismo autoritário, havia um choque entre as resistências dos grupos culturais e esta ‘imposição’ universalista, caracterizando uma luta entre universalismos e particularismos.

Contrariamente ao que se esperava, essa ideia de um universalismo autoritário também vai se apresentar em Marx, como uma demanda mais progressista. Segundo Laclau (2011), “entre o caráter universal das tarefas da classe operária e a particularidade de suas demandas concretas, abriu-se um crescente vazio a ser preenchido pelo Partido como representante dos interesses históricos do proletariado” (Ibid, 2011: 51). Nesta concepção, o partido de vanguarda responde por um corpo particular, o do proletariado, e tem como privilégio ser o agente de transformação histórica.

Uma forma de resistência a este universalismo foram as múltiplas reivindicações particularistas que, para o autor, não resolvem os problemas que hoje se apresentam nas sociedades contemporâneas. Afinal, como as várias identidades podem entrar em conflitos, acabam buscando princípios mais gerais para sanar esses choques, sendo que, sem algo que regule esses princípios, estes podem ser progressistas ou reacionários. Quanto a este último caso, o autor apresenta o darwinismo social como exemplo.

Para demonstrar como os particularismos podem ser de certa forma autodestrutivos, Laclau (2011) apresenta a suposição de que se as particularidades forem tomadas como meras particularidades sem um antagonismo que as descreva, é possível que se estabeleça algo semelhante ao *apartheid*, onde “somente o aspecto diferencial é enfatizado, enquanto as relações de poder nas quais este último se baseia são sistematicamente ignoradas” (Ibid, 2011: 53-54). Uma vez que se estabelecem esses particularismos, em algum momento muitas das demandas particulares irão se chocar; então, fica uma questão para se resolver, a de saber como responder às demandas, sejam elas de cunho mais progressista ou mesmo as consideradas mais reacionárias, pois é o direito a defender sua particularidade que está em jogo, e não se ela é progressista ou não.

O que o autor chama a atenção é o fato de que, ao afirmar uma identidade diferencial, acabo por distingui-la do contexto; contudo, afirmo esse mesmo contexto. Acontece também que destruir um contexto acaba por destruir simultaneamente a identidade de um sujeito (LACLAU, 2011). Pois essa inserção da identidade em um determinado contexto pressupõe alguns importantes aspectos de direitos e demandas.

Hall (2000) discute duas formas de pensar a necessidade de se discutir a questão da identidade a partir da interrogação “quem precisa dela?” (2000: 103). A primeira ideia enfatiza determinados conceitos que o autor denomina “sob rasura”; a denominação indica que determinados conceitos não foram ainda superados e é preciso continuar a pensar com eles. Um desses conceitos é a identidade, sendo uma “ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual, certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (HALL, 2000: 104). A segunda ideia está na questão da política. Aí Hall ressalta tanto a ideia de identidade com relação à acepção política do termo, quanto as dificuldades de implementação da ‘política de identidade’.

Na ideia de reconceptualização do termo ‘sujeito’, Hall (2000) aponta para a questão da identificação do sujeito, sendo que “é preciso pensá-lo em sua nova posição – deslocada ou descentrada – no interior do paradigma” (Ibid, 2000: 105). Importante perceber que o autor aborda o termo identificação como um processo que não se completa, uma “construção em processo” e que uma vez assegurada não anula a diferença; uma ideia de que, na modernidade, as identidades não são unificadas; ao contrário, são cada vez mais fragmentadas e são múltiplas construções identitárias que se manifestam, através de discursos e práticas diversas.

A leitura que se faz da identidade tem a ver com uma re-leitura do passado histórico dessas identidades. Não se trata de uma volta ao passado, mas de problematizar um passado que se transforma, em que se ressalta, segundo Hall (2000), a seguinte questão: “quem nós podemos nos tornar?”. Assim, a representação das identidades tem a ver com o discurso que se faz sobre elas em determinado contexto sócio-histórico. “É precisamente porque as identidades são construídas dentro e fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos” (Ibid, 2000: 109). Uma vez que a identidade está sujeita aos processos sócio-históricos que a constituem é preciso perceber os discursos que são utilizados sobre as identidades como expressos num constante processo de representação, seja por intermédio de sujeitos individuais ou por grupos situados nos espaços institucionais de discussão que a sociedade estabelece.

Para que uma identidade se estabeleça enquanto tal, ela precisa e quase que exige a diferença, pois é através da diferença que a identidade se constrói e apresenta significado,

sempre numa inter-relação com o jogo de poder e exclusão, pois “(...) toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado” (Ibid, 2000: 110).

O autor apresenta o termo identidade atrelado ao que ele chama de “pontos de sutura”, porque ele articula os discursos que são produzidos sobre os sujeitos e os processos nos quais os sujeitos constroem suas subjetividades, sendo que o sujeito assume determinadas posições, muitas vezes construídas pelas práticas discursivas. Pois “(...) as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora ‘sabendo’, sempre, que elas são representação” (Ibid, 2000: 112). Ou seja, essas representações são sempre construídas a partir da percepção que se tem do ‘Outro’ e não se assemelham às práticas discursivas que nelas são investidas.

Esta é uma discussão que Laclau aprofunda em *Emancipação e diferença* (2011), obra que problematiza alguns pontos que nos servem de análise sobre a multiplicidade das identidades e suas posições nessa relação identitária, ressaltando, contudo, a relação com a diferença. Laclau demonstra ainda como a discussão sobre identidade requer o entendimento de questões importantes acerca do choque entre o particular e o universal.

## **IDENTIDADE E DIFERENÇA NAS POSIÇÕES DOS SUJEITOS**

Prosseguindo agora com a discussão sobre as posições do sujeito nas práticas discursivas que se faz sobre a identidade, abordaremos a discussão com Laclau (2011), ressaltando as questões culturais. Para ele, a pós-modernidade faz suscitar uma ideia mais democrática de multiplicidade cultural, e é na premissa de que as identidades se apresentam em grupos e no confronto desses grupos que pode se constituir a identidade.

O confronto ao qual me refiro diz respeito à relação com outros grupos, pois na medida em que um grupo afirma sua identidade, simultaneamente, ele afirma a identidade do outro que lhe é diferente. Em relação à diferença pura, Laclau afirma: “pois uma identidade puramente diferencial em relação a outros grupos tem de afirmar a identidade do outro simultaneamente à sua e, como resultado, não pode pretender interferir na identidade daqueles outros grupos” (LACLAU, 2011: 81). Pois um grupo não consegue se estabelecer de forma unívoca; haverá sempre uma relação com um grupo que lhe seja diferente, até mesmo para que se estabeleçam regras e acordos que estarão acima de qualquer particularidade organizada.

Contudo, Laclau (2011) propõe que se tenha cuidado com relação à ideia da ‘identidade puramente diferencial’, pois numa demanda de políticas públicas de saúde, por exemplo, os indivíduos são tomados como iguais, tendo em vista que todos têm direito à saúde. “Somente numa situação em que todos os grupos fossem diferentes entre si e em que nenhum deles quisesse ser nada mais do que já é, é que a pura lógica da diferença governaria exclusivamente as relações entre os grupos” (Ibid, 2011: 82). Assim sendo, uma vez que ao afirmar uma identidade afirmo uma outra que é diferente - sem, contudo interferir na sua constituição identitária -, em alguma medida o grupo ao qual pertença é igual ao outro grupo. Ou seja, a lógica da diferença, em alguns de seus aspectos, perpassa a lógica da equivalência ou da igualdade.

Na luta de qualquer grupo para afirmar sua identidade há dois caminhos possíveis, aponta Laclau (2011). O primeiro se defronta com uma afirmação de identidade “tal como ela

é”, então o grupo pode ficar condenado à marginalização, uma vez que os grupos dominantes ditam a sua localização. Já o segundo caminho aponta para uma mudança de localização dessas identidades, e então os grupos deverão engajar-se em iniciativas políticas a fim de modificar as instituições internamente; ressalta-se aqui a luta hegemônica que poderá dizer se esses grupos obterão êxito na transformação das instituições ou se serão cooptados pela estrutura.

Laclau (2005) apresenta alguns importantes aspectos que ajudam a perceber como se dá o surgimento teórico e as condições históricas da noção de ‘povo’, que podem contribuir a este debate sobre as demandas políticas das identidades populares. Primeiro, trata-se da noção de povo como uma categoria política que, a partir de demandas sociopolíticas, cria um novo ator, sendo que este novo ator sempre será o ‘povo’, segundo ele. Neste enfoque o autor ressalta uma assimetria entre o *populus* (comunidade como um todo) e a *plebs* (‘os de baixo’). Daí prossegue-se para a segunda apresentação teórica, em que esta assimetria se contamina na universalidade do *populus* e na parcialidade da *plebs*. O parcial se apresenta como universal quando esta parte apresenta uma forma não partitiva, ou seja, esta parte equivale ao universal: “não apenas uma parte *de* um todo, mas também uma parte *que é* o todo” (LACLAU, 2005: 10). Sendo nesta tensão que se apresenta o “caráter político da sociedade”, pois qualquer parcialidade apresenta também marcas da universalidade.

Já em outra análise, mesmo quando se ressalta o caráter parcial do universal, sempre aparece necessariamente a universalidade. Ou seja, “o particular (...) transformou sua própria parcialidade no nome de uma universalidade que o transcende” (Ibid, 2005: 15). Sua afirmação é de que a fusão que acontece entre o particular – utilizado pelo autor como “o objeto parcial” – e a totalidade não se divide em universalidade e parcialidade quando se trata de perceber suas especificidades históricas. As condições históricas, as quais potencializam a expansão das identidades populares coletivas, apresentam-se estruturalmente em forma de múltiplas demandas sociais, nas quais a heterogeneidade se dirige a uma unidade que foi elaborada por “articulações políticas equivalenciais” (Ibid, ibidem).

Ao partir destas proposições e da relação parte/todo, o autor ressalta a ideia de que o povo ao mesmo tempo em que é uma parte, exige ser o todo. Percebe-se, contudo, uma função universal nas lutas e demandas populares que são expressas pela particularidade, pois que elas são investidas de uma rede de significados que transcende a sua própria condição particular. Para Laclau, as identidades populares podem sempre se constituir como totalidades, uma vez que as demandas e lutas parciais acabam por funcionar como totalidade. A formação das identidades populares, segundo ele, se apresenta como uma “sobredeterminação de demandas democráticas”, sendo que sua centralidade depende em grande medida das articulações com outras demandas em um cenário de totalidade popular (LACLAU, 2005).

Dessa maneira, conclui-se que, para Laclau, toda identidade política se apresenta através de demandas que são sobredeterminadas. Sob esta perspectiva, o sujeito político é o resultado de processos e práticas que se manifestam concretamente. É importante perceber a concepção do ‘povo’ como um protagonista central da política, e que este ‘povo’ que retorna como categoria política é o resultado de “... formas particulares e contingentes de articular as demandas”. Faz-se necessário, contudo, a apresentação de um novo conceito sobre “a autonomia das demandas sociais, a lógica das articulações e a natureza das entidades coletivas que delas resulta” (Ibid, 2005: 33) pois os vários trabalhos teóricos que hoje se apresentam

devem perceber a ampliação do leque desta discussão, uma vez que as várias identidades, ou os discursos que se faz a respeito delas, são muito mais complexos que antes.

Para finalizar a discussão, abordaremos as proposições de Tomaz Silva (2000) sobre a questão da diferença nas implicações políticas sobre a identidade. Em primeiro lugar, a diferença e a identidade dependem uma da outra pois, no exemplo já apresentado neste artigo, quando afirmo que “sou brasileiro”, essa identificação é pertinente porque existem outros que não o são, ao contrário, são italianos, argentinos ou venezuelanos. Assim sendo, “a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis” (SILVA, 2000: 75).

Os termos identidade e diferença são compreendidos e adquirem sentido dentro de sistemas de significação, fazem parte de processos culturais, de produção simbólica e discursiva. Assim sendo, “a identidade, tal como a diferença, é uma relação social” (Ibid, 2000: 81). Sempre que se afirma a identidade e se marca a diferença, está implicado em seu interior um processo de disputa de poder pois, dependendo da localização da identidade e da diferença, há uma disputa por garantia de acesso a bens sociais.

Além disso, a identidade e a diferença estabelecem lugares (quem pertence e quem não pertence), demarcam fronteiras (quem fica dentro e quem fica fora) e, sobretudo, afirmam e reafirmam posições e relações de poder. Sendo que essas relações de poder definem as classificações existentes entre classes e grupos sociais, hierarquizando, desta maneira, lugares e privilégios.

Uma vez que as classificações partem primordialmente da identidade, há sempre a sobreposição de uma determinada identidade, essa se estabelece como uma norma. Assim sendo, as outras identidades são hierarquizadas e esta identidade ‘normal’ é vista como a identidade. “Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa” (Ibid, 2000: 83). Um dos objetivos da identidade é a de fixar-se. Contudo, Silva (2000) ressalta a impossibilidade de tal acontecimento, pois são os processos de desestabilização e subversão que impedem tal fixação.

Já na questão de representação da identidade e da diferença, Silva (2000) ressalta que esta ganha sentido quando a ideia de representação é concebida como uma dimensão significativa, sendo uma marca visível de algo, atribuindo significações e sentidos. “Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (Ibid, 2000: 91). Sendo que a representação é um dos meios que tanto a identidade quanto a diferença podem utilizar para se ligarem às relações de poder.

E, finalmente, chegamos a um ponto muito importante para se pensar a questão da identidade. Uma vez que esta se estabelece enquanto tal, na contemporaneidade, ela passa por uma crise. Pode-se então perceber a questão da identidade como um ponto-chave, pois, refletir sobre a identidade e a diferença é questionar como se apresentam os sistemas de representação que lhes dão suporte.

Afinal, “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (Ibid, 2000: 91). Contudo, quem irá deter tal poder representativo? Essa ainda tem sido a máxima das discussões de identidade no interior de suas constituições, pois como saber quem está mais preparado para assumir tal representatividade? Outra questão diz respeito, sobretudo, às premissas da confiança no representado, mas essa é outra discussão que foge de

nosso objetivo em questão. O fato é que se deve pensar nesses pontos para que se estabeleça uma demanda de identidade que responda às reivindicações que se apresentam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão ora apresentada abordou um dos temas mais contemporâneos, de maior destaque e de posições teóricas muitas vezes divergentes e contraditórias. O que conduziu toda essa discussão foi a constituição da identidade e como percebê-la nesse leque de paradigmas.

A chamada ‘crise de identidade’ que os autores evocam tem a ver com as múltiplas e variadas identidades que se apresentam na sociedade, como ressaltam Laclau e Hall. Uma vez que o sujeito tem múltiplas escolhas identitárias, pode deparar com uma fragmentação de ‘reconhecimento’ com relação a qual grupo pertencer, assim como de representação, aspecto bastante discutido por Silva (2000), atrelado à ideia de significação desta representação nas construções da identidade.

Outro aspecto bastante debatido foi a questão da identidade nacional, pois o discurso nacionalista molda as diversas identidades que aparecem. Neste panorama aparecem as identidades culturais, que apesar das diferenças que podem se apresentar numa nação, o nacionalismo prega uma unificação da cultura, uma história comum compartilhada por aqueles que fazem a nação, sem perder, contudo, as diversas identidades que se apresentam em seu interior.

Ainda nessa discussão de multiplicidades, Laclau (2011) apresenta uma importante discussão sobre os particularismos e os universalismos dos discursos sobre identidade. Apesar de parecer que seu trabalho critica as particularidades identitárias, a proposta é refletir criticamente sobre o radicalismo que se apresenta nesses discursos. É preciso estar atento às demandas das reivindicações identitárias para que elas não se percam em sua própria linguagem. Laclau alerta para esse perigo, mas também ressalta a importância de se pensar contrário a uma visão totalitária, defendida pelos discursos universalistas.

Daí a importância de perceber quais as posições em que os sujeitos se encontram, como se dão as relações de poder e quem vai representar o quê. Voltamos a discutir sobre a representação, um grande ponto-chave para se perceber como uns discursos podem se sobrepor a outros, sem perder sua legitimidade discursiva.

É importante perceber que toda a discussão deste trabalho gira em torno da constituição da identidade, seus limites e posições teóricas, seus possíveis equívocos e contraposições bem complementares com outros termos, como acontece com a posição da diferença. Trata-se de aspectos que requerem importantes reflexões e diálogos teóricos, são temas a serem trabalhados com bastante cuidado, visto que a produção em torno deles é escassa. A identidade forja o sujeito e é preciso conhecer todas as nuances que versam sobre este tema, a fim de estabelecer um posicionamento minimamente plausível sem se precipitar em nenhuma conclusão teórica.

## THE DESIGN AND THE RE-DESIGN OF IDENTITIES IN MODERNITY

### ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect about some important features referred to the so-called "identity crisis" in the contemporary era. We will attempt to grasp a panorama on identity and its main ideas about these novel forms of representation within contemporary societies. The contribution given by authors such as Ernesto Laclau and Stuart Hall to the theme will be approached. Such contributions are associated to the perspective of Cultural Studies, and identify important tools for the analysis of processes of making of cultural and social identities based on the idea that the modern project of rationalization works as an a priori, detached from specific cultural and political contexts. Laclau's propositions concerning the centrality of the notion of 'people' for the understanding of the emergence of collective identities will also be analyzed. Furthermore, the discussion encompasses questions about nationalism, highlighting important features in the making of identities in contemporary societies.

**Keywords:** identities; "identity crisis"; representation

### REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras.

HALL, Stuart (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*, tradução de Tomaz Tadeu da Silva, 11ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A.

\_\_\_\_\_ (2003). *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização de Liv Sovik; tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil.

\_\_\_\_\_ (2000). Quem precisa da identidade?, in: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

LACLAU, Ernesto. (2011). *Emancipação e diferença*. Coordenação e revisão técnica geral Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo. Rio de Janeiro: EdUERJ.

\_\_\_\_\_ (2005). "O retorno do 'povo': razão populista, antagonismo e identidades coletivas". *Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 23.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) (2000). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes.